



CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 089/2023

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 090/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE**, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.928.483/0003-29, com sede administrativa na Praça Olímpio Campos, 128 – Centro, São João da Ponte - MG, CEP: 39.430 -00, neste ato representado pelo Prefeito o **Sr. Danilo Wagner Veloso**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua Honorato Campos, 133 - Centro em São João da Ponte - MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 064.044.076-20, portador da cédula de identidade nº MG 11998234 SSP-MG, o **Sr. Erivelto Gonçalves Cordeiro**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua Gerônimo Aguiar nº 233 - Centro – São João da Ponte - MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 051.479.156-05, portador da cédula de identidade nº MG 12.489.986 SSP-MG e o **Sr. Hudson Aparecido Almeida**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 839.519.706-34 residente e domiciliado à Rua Gerônimo Aguiar, nº 210 B, Bairro das Pedras, São João da Ponte - MG, de ora em diante denominados simplesmente **“LOCATÁRIOS”** e de outro lado a Sra. **Wanderleia Carla Ferreira**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 822.591.436-87, residente e domiciliada à Rua Romão Ferreira, nº 26, casa A, Centro, no Município de São João da Ponte, CEP: 39.430-000, de ora em diante denominada simplesmente **“LOCADORA”**, para a locação do imóvel, através da Dispensa de Licitação com fulcro no art. 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93, objeto do Procedimento Administrativo 90/2023 - Dispensa de Licitação nº 19/2023, conforme detalhado na cláusula primeira, em atendimento à solicitação da Secretaria de Cultura e da Secretaria de Administração e Recursos Humanos e em observância ao teor da justificativa abaixo e de acordo ainda com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. O objeto do presente contrato administrativo é a locação do imóvel, localizado na Rua Romão Ferreira, nº 26, Centro, no Município de São João da Ponte.

1.2. A presente locação tem a finalidade de instalação da Secretaria de Cultura, com funcionamento interno da Sala Mineira do Empreendedor, que abrange o atendimento ao Microempreendedor, bem como do ponto de Atendimento Virtual da Receita Federal e da Unidade Descentralizada do Procon Regional.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Valor Global e da forma de Pagamento

2.1. O valor global convencionado entre as partes é **R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil) anual**, para o período descrito na cláusula terceira.



2.2. O pagamento do valor global será dividido em 12 (doze) parcelas de iguais valores, ou seja, **R\$ 2.000,00** (dois mil reais) mensais, o qual será efetuado pela Tesouraria do Município, através depósito bancário ou TED em nome da Locadora, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao que originou a locação.

2.3. Na eventualidade da prorrogação do presente instrumento conforme prescreve o subitem 3.2 da cláusula terceira, será objeto de reajuste do valor do aluguel em conformidade com o índice IPCA (IBGE) ou outro índice que por ventura vier a substituir este.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Vigência do Contrato de Locação do Imóvel

3.1. O prazo de locação do imóvel descrito na cláusula primeira é de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do presente contrato.

3.2. Exclusivamente na salvaguarda do interesse público, é possível a prorrogação do presente contrato de locação, nos termos previsto no artigo 57 da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – Da Dotação Orçamentária

4.1. As despesas com a locação do imóvel serão suportadas pela Dotação Orçamentária nº:

021013.392.0001.2006 MANUT.DAS ATIVID.DA SEC. MUN. DE CULTURA
3339036000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 15000000 3828
020204.122.0001.2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM. DO RH
3339036000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 15000000 3000

4.2. Para o exercício futuro será informada a nova dotação orçamentária através de termo de Apostilamento ao contrato administrativo.

CLÁUSULA QUINTA – Das Despesas Decorrentes

5.1. O pagamento das despesas de consumo de (luz e água) competem ao **Locatário**.

5.2. As despesas decorrentes de IPTU serão por conta da **Locadora**.

5.3 As despesas referentes às adequações do imóvel para o atendimento do objeto acima exposto serão de responsabilidade do **Locatário**.

CLÁUSULA SEXTA – Das Obrigações das Partes

6.1. Do Locatário

6.1.1. Finda a avença contratual, o **locatário** se compromete a devolver o imóvel nas mesmas condições que o recebeu, conforme detalhado no termo de vistoria.

6.1.2. Providenciar através da Tesouraria do Município até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao que originou a locação, através depósito bancário ou TED em nome da **Locadora**.



6.1.3. Providenciar a devolução do imóvel nas mesmas condições em que fora recebido, exceto no caso de benfeitorias previamente autorizadas pela **Locadora**.

6.1.4. O **Locatário** no ato da assinatura deste instrumento declara que recebeu o imóvel em perfeito estado de servir ao uso a que se destina.

6.1.5. O **Locatário** assume ainda o compromisso de antes de desocupar o imóvel, solicitar formalmente a **Locadora** para que este efetue a vistoria final do imóvel, e assim, constatar o estado de conservação do mesmo.

6.2. Da Locadora

6.2.1. Disponibiliza o imóvel no ato da assinatura deste contrato administrativo de locação do imóvel, livre e desimpedido de qualquer ônus.

6.2.2. Aceitar toda e qualquer modificação proposta pela locadora objetivando adequar o imóvel às suas atividades.

6.2.3. Na intenção de desfazer do imóvel, objeto de venda, notificar formalmente ao Locatário o qual gozará do direito de preferência na aquisição em conformidade com os preceitos legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Benfeitorias

7.1. Na ocorrência de realização de benfeitorias desde que previamente acordada pela Locadora, ficarão incorporadas ao imóvel, não cabendo ao Locatário direito à indenização ou retenção do imóvel.

7.2. As modificações ou benfeitorias por ventura realizadas no imóvel objeto deste contrato, não será descontadas do valor do aluguel.

CLÁUSULA OITAVA - Da rescisão contratual

8.1. A parte que manifestar interesse na interrupção da vigência do contrato deverá notificar a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias das suas intenções rescisórias.

8.2. A nenhuma das partes aplicar-se-á multa por quebra de contrato, desde que respeitada o tempo previsto no subitem 8.1 desta cláusula.

8.3. Em qualquer procedimento judicial a parte que der causa, obrigar-se-á a reparar a outra parte todas as custas de despesas com custas e honorários advocatícios.

CLÁUSULA NONA – Das penalidades

9.1. Em caso de descumprimento das obrigações contraídas neste contrato, as partes ficarão sujeitas às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da publicidade da contratação

10.1. Será de responsabilidade do locatário tornar o ato público através publicação do extrato do contrato no órgão oficial do Município de divulgação de seus atos, conforme prescreve os ditames da Lei Federal de Licitação nº: 8.666/93.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do foro

11. Fica eleito o Fórum da Comarca de São João da Ponte/MG, para dirimir quaisquer dúvidas referentes ao contrato, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em quatro vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Prefeitura Municipal de São João da Ponte – MG, 07 de novembro de 2023.

Danilo Wagner Veloso
Prefeito Municipal
LOCATÁRIO

Erivelto Gonçalves Cordeiro
Secretario Municipal de Cultura
LOCATÁRIO

Hudson Aparecido Almeida
Secretario Municipal de
Administração e Recursos
Humanos
LOCATÁRIO

Wanderleia Carla Ferreira
CPF: 822.591.436-87
LOCADORA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: